

**MICROEMPREENDEDOR DE BAIXA RENDA, BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA  
BANCO DO POVO - APARECIDA DE GOIÂNIA<sup>1</sup>**

Lucas Gomes Magalhães<sup>2</sup>  
João Ricardo de Freitas Bastos<sup>3</sup>  
Simone Bastos<sup>4</sup>

**RESUMO** A proposta deste artigo foi conhecer as características dos indivíduos que utilizaram os recursos do programa Banco do Povo em Aparecida de Goiânia, bem como constatar melhoria nas condições de renda. A oferta de crédito a pessoas empreendedoras de pequeno porte, física ou jurídica, cujos recursos sejam destinados a produção é conhecido como microcrédito. A pesquisa foi realizada com aplicação de questionário para 64 indivíduos, que à época da pesquisa tinha contratos de empréstimos com o programa. Houve evidências de melhoria na renda e na atividade com ampliação de capacidade de negociação e do fluxo de caixa, promoção de diversos tipos de treinamentos. Ficou constatado que a escolha pelas realizadas mais pela necessidade de ter renda do que propriamente se sentirem empreendedores.

## **1 INTRODUÇÃO**

Experiências relacionadas à oferta de crédito para pessoas com baixo poder aquisitivo com o objetivo de melhorar a qualidade de renda e vida são foco de diversos estudos (JACKELIN, 1982; GRAMMEN BANK, 2012; NERI, 2010). As experiências mais antigas estão na Europa no século XIX onde surgiram as primeiras cooperativas, contudo a de maior relevância é a do professor e economista Muhammad Yunus (criador e divulgador do conceito de microcrédito).

Em 1974, ele teve a iniciativa de emprestar a um grupo de camponesas, localizadas próximas a universidade Chittagong que trabalhava em Bangladesh. Essas normalmente

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás (PRP-UEG)

<sup>2</sup> Aluno do curso de Ciências Contábeis da Unidade Aparecida de Goiânia (UnUAPA/UEG).

<sup>3</sup> Aluno do curso de Mestrado Engenharia de Produção e Sistemas, da Universidade Católica de Goiás UCG-GO).

<sup>4</sup> Professora na Universidade Estadual de Goiás, Unidade Aparecida de Goiânia (UnUAPA/UEG), M. S. em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG). E-mail: simone.bastos@ueg.br

tomavam emprestado dinheiro com agiotas para produção artesanal, os quais se apoderavam de boa parte de seus lucros, pois os juros eram altos. Os empréstimos eram baseados em princípios de confiança e solidariedade. De origem familiar comprometida com a erradicação da pobreza Yunus, fundou em 1983 o Grameen Bank, mantendo os mesmos princípios, em que o microcrédito deveria ser entendido como um instrumento de inclusão social e econômico. A proposta de trabalho foi desenvolvida com os objetivos:

“Levar aos homens e mulheres pobres as facilidades bancárias; eliminar a exploração dos homens e mulheres pobres pelos agiotas; levar principalmente às mulheres a compreensão da necessidade de organização e gerenciamento; e, reverter o círculo vicioso de baixa renda, baixa poupança e baixo investimento.” (GRAMMEN BANK, 2012).

A primeira experiência no Brasil de microcrédito aconteceu em Pernambuco, em 1973, em Recife e posteriormente interior do Estado, com a implantação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações - Programa UNO, que teve o apoio de empresários, entidades locais e uma organização não governamental americana. O objetivo era oferecer crédito, disponibilizar treinamento e assistência técnica às microempresas da área da Grande Recife. A UNO durou 18 anos e foi referência durante muito tempo em programas de microcrédito na América Latina (JACKELEN, 1982).

Pereira *et al.* (2009) destacam que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou a existência, em 2005, de 23 milhões de empreendedores de baixa renda, dos quais pouco mais de 500 mil, 2,1%, tem acesso a microcrédito.

Os empréstimos realizados a estes empreendedores são caracterizados por garantias mais alinhadas às condições socioeconômicas dos que tomam os financiamentos, destacam Falabella e Monteiro (2009), diferente do que acontece no mercado financeiro, em que as garantias formais são imprescindíveis. As operações realizadas são de valores menores e o segmento financeiro que atende as empresas em geral não tem interesse no segmento do microcrédito.

Em 2002 o Ministério do Trabalho e Emprego criou programa que visava aumentar o microcrédito no Brasil, demanda do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para implantar uma política de inclusão social e ampliação de renda. Em 2004, o Programa de

Microcrédito Produtivo Orientado, passou a ser aplicado com mais ênfase em todo o país, não somente trazendo acesso ao crédito aos microempreendedores, como também trabalhando com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) na orientação à obtenção de maior rentabilidade nos pequenos negócios, bem como, na sustentabilidade dos mesmos dentro do mercado, com geração contínua de empregos e renda.

Em 2005, o governo federal criou a Lei nº 11.110, a qual instituiu, através do Ministério do Trabalho, o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, visando incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. Os recursos destinados a este Programa são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, orçamento geral da União, Fundos Constitucionais de Financiamento e outras fontes alocadas pelas instituições financeiras, sendo de microcrédito ou não. São instituições consideradas de microcrédito as cooperativas singulares de crédito; as agências de fomento, as sociedades de crédito ao microempreendedor, as Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A Lei considera como microcrédito produtivo orientado:

“O crédito concedido para atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica” (LEI 11.110, 2005)

Em 2007, o plano de massificação era incluir 640 famílias que trabalhavam por conta própria, do universo de 9,1 milhões de trabalhadores informais, onde 88% desenvolviam atividades por conta própria (MTE, 2012).

Em Goiás o crédito a esse segmento tem sido realizado pelo Banco do Povo desde 1999, cujo programa tem como missão “promover o resgate da cidadania das pessoas carentes, incentivando o aprimoramento de suas habilidades” (SEPLAN, 2011). O programa tem como objetivo a oferta de crédito às pessoas que querem produzir e crescer através de seu trabalho, visando aumentar a renda familiar, criar empreendimentos que gerem empregos e renda, e promovam o desenvolvimento do município. As agências de crédito do Banco do Povo estão localizadas em diversas cidades do Estado, levando crédito e apoio ao desenvolvimento gerencial e administrativo.

No quadro 1 é apresentada a relação de empregos e recursos liberados, por município no Estado de Goiás, pelo programa de crédito do Banco do Povo, para as 10 cidades com maior número de empregos gerados. Goiânia se destaca na geração de empregos e no montante emprestado, seguido de Anápolis e Aparecida de Goiânia. Esta ficou em terceiro lugar em geração de empregos com esta modalidade, com 4.253 oportunidades criadas e emprestando R\$ 4.253,00 mil, assim permitindo que cada vaga de trabalho fosse gerada com R\$ 984,00 emprestados. E pode-se observar que na média por município a cada R\$ 1.187,00 emprestados pelo programa do Banco do Povo foi gerada uma vaga de emprego.

Quadro 01 - Número total de empregos, recursos aplicados no total e por emprego e sua classificação em ordem crescente em doze cidades selecionadas de Goiás (Jan./2012)

| Cidade                    | Nº empregos | Participação no Emprego Total (%) | Valor Empréstimos (R\$ mil) | Participação nos Empréstimos (%) | R\$ por Emprego gerado |
|---------------------------|-------------|-----------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------------------|
| Goiânia                   | 10.461      | 8%                                | 7.692                       | 5%                               | 735                    |
| Anápolis                  | 7.115       | 5%                                | 6.983                       | 4%                               | 981                    |
| Aparecida de Goiânia      | 4.253       | 3%                                | 4.231                       | 3%                               | 994                    |
| Inhumas                   | 3.101       | 2%                                | 3.172                       | 2%                               | 1.022                  |
| Goiatuba                  | 2.839       | 2%                                | 3.071                       | 2%                               | 1.081                  |
| Mineiros                  | 2.535       | 2%                                | 2.915                       | 2%                               | 1.149                  |
| Goianésia                 | 2.425       | 2%                                | 2.579                       | 2%                               | 1.063                  |
| Minaçu                    | 2.410       | 2%                                | 4.970                       | 3%                               | 2.062                  |
| Palmeiras                 | 2.342       | 2%                                | 2.301                       | 1%                               | 982                    |
| Jataí                     | 2.253       | 2%                                | 2.538                       | 2%                               | 1.126                  |
| Média Geral por Município | 551         | -                                 | 655                         | -                                | 1.187                  |

Fonte: Seplan, 2012, Demonstrativo Físico-Financeiro realizado, jan/2012 adaptado pelos autores.

Neri (2010), acreditando que o microcrédito promoveu melhorias na qualidade de vida, por meio do aumento de renda e maior bem estar para os membros familiares, além de favorecer o progresso econômico na sua região, afirma que essa modalidade de empréstimo está mudando a realidade brasileira, pois, mais de 60% dos tomadores que estavam abaixo da linha da pobreza em dois anos melhoraram na escala social.

Este trabalho objetivou definir o perfil do microempreendedor de baixa renda usuário dos recursos disponibilizados pelo Programa Banco do Povo, no município de Aparecida de Goiânia. Especificamente, pretendeu identificar: a) houve melhoria de renda com o empréstimo; b) quais necessidades foram atendidas com o empréstimo; c) diferença de renda entre os gêneros de microempreendedores.

### **3. REFERENCIA TEÓRICO**

#### **3.1 Contextualização**

Alves e Soares, 2006, afirmam que microfinanças tem por objetivo a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, excluídas do sistema financeiro, envolvendo operações relacionadas às atividades produtivas e ao consumo desta classe, isto é engloba qualquer disponibilidade de recursos, desde o limite bancário até empréstimos de curto prazo para saques ou compras de bens. Entretanto, o microcrédito está direcionado ao fornecimento de recursos financeiros exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte que realizam algum tipo de produção.

Robinson apud Fachini, 2005, faz referência a cinco modelos de organizações que atuam com programas de microcrédito:

“O primeiro são organizações não governamentais (ONGs), proibidas de arrecadar poupança pública. O segundo são instituições de microcrédito, que podem arrecadar poupança, mas não tem incentivo para tanto, uma vez que as doações e fundos do governo completam o passivo do banco. O terceiro modelo, oposto ao segundo, representa as instituições que captam poupança mas, ao invés de realizarem empréstimos com esse valor, realizam depósitos em outras organizações financeiras. O quarto tipo é caracterizado pelas organizações que realizam empréstimos, captam poupança e falham em adotar um sistema eficiente de gerenciamento, geralmente devido ao subsídio. O quinto modelo é aquela autogerida e sustentada com

fundos provenientes da arrecadação de poupança e outras ferramentas financeiras.”

Os programas de microcrédito de acordo com Meyer, 2002, estão baseados no tripé de maximização do número de micronegócios a serem beneficiados, sustentabilidade financeira e impacto positivo sobre os usuários de recursos, por meio da melhoria de renda e qualidade de vida.

É imprescindível no longo prazo promover a sustentabilidade financeira, pois estas instituições precisam dar retorno financeiro para continuar realizando empréstimos aos usuários já existentes ou novos, ou seja, é desejável que os recursos emprestados retornem, inclusive com os juros pagos, sem atraso. Uma das principais dificuldades é gerar número elevado de clientes em carteira, dado que os custos envolvidos para a efetivação destas transações são altos, e os valores negociados por usuário são baixos.

Com relação aos custos, se realça a questão dos custos fixos, relacionados aos procedimentos administrativos e riscos de inadimplência, exigem a existência de um volume elevado de operações para conseguir obter economias de escala, reduzindo assim os custos médios e dando condição de viabilização econômica destas instituições no mercado.

Meyer, 2002, destaca a importância da continuidade das operações através de renovação de contratos para redução de custos. Contudo, ele chama de paradoxo da redução da pobreza através do microfinanciamento, pois, o aumento do atendimento leva a um aumento na estrutura das instituições, e naturalmente os custos elevam-se, tornando difícil estabelecer um ponto de equilíbrio financeiramente sustentável.

O acesso aos recursos tem sido objeto de muitos estudos devido à importância do papel do pequeno empresário para a economia. Estas pessoas trabalham muitas vezes na informalidade, inviabilizando sua capacidade de comprovação de rendimentos, no formato que as instituições financeiras de grande porte exigem.

Na busca de superar este tipo de dificuldade, instituições de microcrédito passaram a disponibilizar formas alternativas para que os microempresários pudessem ter acesso ao dinheiro. Dentre elas está o empréstimo com garantia coletiva ou grupo solidário, que segundo Toneto e Gremaud, 2001, apresenta vantagens diferenciadas, pois o grupo é normalmente composto por pessoas que já possuem convivência entre si e, portanto, características similares aumentando o comprometimento do grupo e minimizando os riscos. Há tendência de que os componentes observem e apresentem informações sobre as atividades

uns dos outros, que em situação normal de relação entre cliente e banco não conseguiria ser captada ou observada.

Em outras situações os indivíduos que tiveram oportunidade de obtê-lo e pagaram conforme o combinado, as agências acabam por facilitar as exigências de garantias. A cada vez que um empréstimo é quitado outro pode ser liberado, inclusive com aumento da margem da capacidade de endividamento.

Um dos problemas relacionados aos empréstimos para quem não pode oferecer garantias está na assimetria das informações. Para Jensen & Meckling, 1976, a Teoria da Agência busca compreender o comportamento dos indivíduos que atuam como parceiros econômicos, que se encontram em situação de conflitos, devido à presença de assimetria de informações. Há presença de um ator (o principal – o banco) que detém poder sobre o comportamento de outro ator (o agente – o cliente) em seu favor, sendo que o agente influencia o bem-estar do principal.

Basicamente a questão está relacionada na necessidade de maximização da utilidade entre eles, e para que isto ocorra há boa razão para acreditar que o agente nem sempre estará agindo em consonância com o interesse do principal. Na maioria das vezes o relacionamento entre o principal e o agente incorrerá em monitoramento de ações deste, ocasionando aumento nos custos da transação, continua o autor.

Neste sentido a Teoria de Agência justifica a necessidade de três tipos de custos: os gastos com monitoramento pelo principal, os gastos realizados pelo agente “*bonding costs*” ou de ligação e perda residual (JENSEN & MECKLING, 1976).

O primeiro tipo de gasto está relacionado aos mecanismos criado pelo principal para reduzir os riscos impostos pela assimetria de informações, através da monitoração das decisões tomadas pelo agente visando a preservação da maximização da transação. Nesta situação, muitas vezes o agente pode omitir ou minimizar informações de sua atividade de modo a suavizar o impacto das variáveis que influenciam negativamente o seu negócio, com o objetivo de obter o recurso pretendido e, indo mais longe, ter acesso ao maior volume possível.

No segundo tipo de gastos, os *bonding costs* ou de ligação, são os custos que o agente tem para implantar meios de permitir o monitoramento desejável pelo principal, na expectativa de evitar que esse trabalhe de forma a prejudicar a relação contratual existentes entre ambos. Estes gastos estão relacionados com a formação de equipes de visitas técnicas para realizarem auditorias, implantação de sistemas de controles, e relatórios que podem ser solicitados regularmente para acompanhamento dos resultados operacionais. Os sistemas de

controles facilitam a comparação dos resultados, com outras atividades que tem o mesmo padrão.

O gasto considerado perda residual, explica Mendes, 2001, o resultado desta relação pode sofrer alterações em função de variáveis adversas que não estão acomodadas no contrato, mas que interferem no lucro operacional. E exemplifica o caso de um agricultor que aluga uma terra para trabalhar, numa situação em que possam acontecer riscos climáticos, alheios a vontade de ambos, do agricultor (o agente) e do proprietário da terra (o principal). Caso o agente não consiga transferir, numa previsão contratual já definida, para o proprietário parte destes custos involuntários durante a safra, e todo o risco do empreendimento é colocado sobre a responsabilidade do primeiro.

Com isto, Jensen & Meckling, 1976, detalham os casos de investimentos em empresas que tem capital social distribuído entre diversos agentes (os acionistas), em que o administrador, na condição de principal, tem autonomia para tomar decisões que interferem em resultados dos dividendos. Esses assumem riscos irrestritos, limitados a sua participação acionária, incluindo nesta situação a possibilidade de obter resultados menores, do que na condição de administrador do próprio negócio.

Não é incomum o caso de agentes conseguirem acesso a recursos em alguma instituição relacionada ao microcrédito, não honrar o compromisso, e logo após um intervalo de tempo recorrer à outra instituição, incorrendo no mesmo tipo de inadimplência (FACHINI, 2005).

### **3.2 Metodologia**

A pesquisa foi realizada junto aos microempresários que utilizaram dos recursos disponibilizados pela agência do Banco do Povo na cidade de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás.

Aparecida de Goiânia, fundada em 1963, vizinha territorialmente da capital do Estado, Goiânia, até a década de 1990 era considerada cidade dormitório, pois grande parte da população deslocava-se à capital para trabalhar. Atualmente conta com cinco pólos e 964 estabelecimentos industriais e mais de 13 mil empresas formalizadas, o que a posiciona entre as cinco maiores cidades que arrecadam ICMS em Goiás (PORTAL DE APARECIDA, 2012).

Para conhecer o universo dos micro e pequenos empresários que são usuários dos recursos do Banco do Povo foi realizada aplicação de questionário, cuja amostra foi definida pela escolha aleatória simples. Segundo Marconi e Lakatos, 1999, este procedimento acontece

quando é dado a todos os indivíduos que compõem a população a mesma chance ou probabilidade de ser escolhido.

Bruni, 2007, apresenta que a estatística é a ciência que se preocupa com a organização, descrição, análise e interpretação dos dados, permitindo a compreensão do objeto de estudo ou tomada de decisões. E, ainda, destaca o uso da estatística descritiva, cuja função é manipular os dados obtidos para apresentação de forma simples e acessível, dando suporte ao estudo.

As variáveis que compuseram o questionário, deste trabalho, foram idade, sexo, escolaridade, formalização da atividade, renda mensal, número de empregados, volume de crédito, formas de acesso a créditos, melhoria na qualidade do negócio após o empréstimo, participação em seminários e treinamentos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa foi realizada, no ano de 2012, a partir da listagem de indivíduos usuários dos recursos disponibilizada pela agência do Banco do Povo situada em Aparecida de Goiânia, de forma exploratória e descritiva, com a amostra composta por 64 indivíduos, estatisticamente significativa a 10%. Dos entrevistados 36% eram masculinos e 64% femininos.

Em comparativo de idade por grupo de gênero, observou-se que o masculino apresentou predomínio de participação em idade de até 34 anos com 40%, enquanto o feminino chegou a 12% (Gráfico 1). Porém, o feminino apresentou participação equivalente a 44% a partir de 35 anos.

Observou-se que as mulheres com participação entre 60% a 100% na composição da renda familiar, correspondem a 43% das entrevistadas, cuja idade média é de 44 anos. Greco, 2010, explica que os empreendedores normalmente estão na faixa etária de até 34 anos, basicamente pela idade que apresenta maior propensão a riscos, fato que pode ser observado apenas quando estratificado o grupo masculino. A elevada participação feminina em extratos de maior idade ocorre em função da necessidade de aumentar a renda, o que pode explicar o grupo de até 34 anos não ser expressivo.

Paladino, 2010, destaca que um terço dos lares brasileiros é sustentado por mulheres, com o cumprimento da tripla jornada e recebimento de salários menores que os homens em

torno de 35%. Situação pior foi observada em Aparecida de Goiânia, cuja média de rendimentos dos homens foi de R\$ 2.862,50 enquanto as mulheres obtiveram, 42,5% menos, ou seja, R\$ 1.644,44.

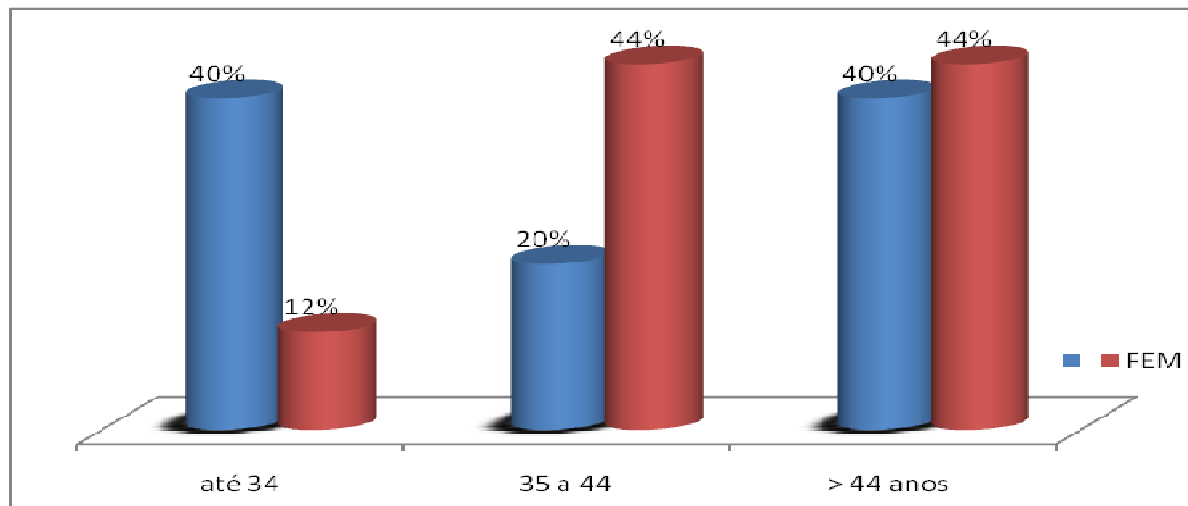


Gráfico 01 – Participação por gênero e idade

Fonte: Dados da pesquisa

Paladino, 2010, destaca que um terço dos lares brasileiros é sustentado por mulheres, com o cumprimento da tripla jornada e recebimento de salários menores que os homens em torno de 35%. Situação pior foi observada em Aparecida de Goiânia, cuja média de rendimentos dos homens foi de R\$ 2.862,50 enquanto as mulheres obtiveram, 42,5% menos, ou seja, R\$ 1.644,44.

Das atividades realizadas, 67% declararam atuar no setor ligado a confecções, principalmente no ramo de facção, ou prestação de serviços de forma autônoma, 6% atuam em ferragista, mecânica e segmento de alimentação, respectivamente, 4% no segmento de cabelo e 12% segmentos diversos, como decoração, pré-moldado, produção musical, pintor, brinquedos, cerista e modelista (Gráfico 2).

Dos entrevistados, 65% responderam que não possuíam atividade regularizada, atuam na economia de modo informal, e 35% estão com a atividade formalizada. Da amostra, 65% responderam que não possuíam empregados e 35% empregam um funcionário (formal ou informal?), com remuneração de um salário mínimo ou por produção. Em relação ao nível

escolar, 61% afirmaram possuírem até o ensino fundamental, 37% o ensino médio completo e apenas 2% possuíam curso superior.

Segundo Barbosa Filho e Moura, 2012, a taxa de informalidade do trabalho no Brasil que chegou a 43,6% em 2002 caiu para 37,4% em 2009. A escolaridade explica em até 60% da queda da informalidade, havendo relação inversamente proporcional entre taxa de escolaridade e formalização da relação trabalhista. Ou seja, quanto menor o grau de escolaridade maior a taxa de informalidade no emprego.

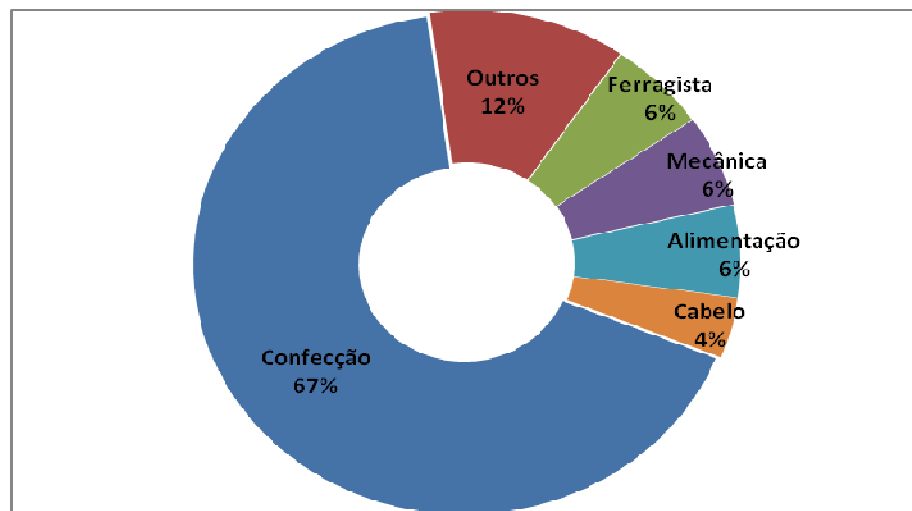


Gráfico 2 – Participação por atividade desenvolvida

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre a inadimplência, 31% conseguiram cumprir os pagamentos sem atrasar, enquanto 66% disseram sim, principalmente por motivos de saúde e fluxo de caixa. O grupo feminino apresentou maior taxa de inadimplência, em 24% enquanto o masculino ficou em 9%. Costa e Santos, 2007, constataram na instituição banco do povo da cidade de Viçosa em Minas Gerais que o nível de inadimplência foi maior entre as mulheres, 61% contra 39%, respectivamente.

Quanto ao número de vezes que já recorreram ao Banco do Povo para obtenção de recursos, 40% declararam uma vez, 53% entre 2 a 4 vezes, e 6% mais de 4 vezes, sendo o mais antigo empréstimo tem 5 anos. A amortização mais usual do empréstimo é de 6 a 10 parcelas, para cerca de 70% dos entrevistados. Destes 51% afirmaram que conseguiram obter aprovação do total solicitado, o restante não obteve sucesso, sendo o principal motivo para

não ter acesso a todo capital que necessitava a burocracia, com destaque à dificuldade em formalizar comprovação de renda, seguido da apresentação de garantias.

Santos e Ferreira, 2009, analisando os condicionantes do custo do microcrédito no estado de Minas Gerais, identificaram que 52% das instituições entrevistadas afirmaram não ter interesse em atender a empresas informais, bem como 33% informaram que não há estímulo para prática de garantias solidárias entre os tomadores. Também observaram que juros (26,5%) e burocracia (20,5%) foram os fatores que inviabilizaram o acesso ao crédito de forma mais significativa. A dificuldade do Microempreendedor Individual (MEI) em conseguir atender as exigências de comprovação relacionadas às suas atividades tem sido um dos principais obstáculos ao acesso a crédito, conforme identificado nas literaturas acadêmicas. O aval solidário foi abordado nesta pesquisa, porém não é prática na região, instrumento que tem sido utilizado em outras regiões em que o microcrédito já tem mais tempo, como por exemplo, no sul de Minas Gerais.

Observou-se que 60% dos entrevistados conheceram o programa do Banco do Povo via amigos e/ou conhecidos. 13% souberam daqueles que já eram usuários dos recursos, percentual igual para aqueles que buscaram informação por conta própria, e 15% via propaganda em televisão.

A opinião sobre o banco e visão de relacionamento 96% dos respondentes afirmaram que tem relação integradora, sentindo neles apoio para o desenvolvimento de suas atividades.

A respeito de como obtinham recursos de curto prazo, 32% afirmaram que se utilizavam de limite disponível em cheque especial (CHE), 25% de recursos de poupança (PPp), 22% de fornecedores (FORN), 15% recursos emprestados pelos amigos (AMG) e 5% outros meios (OUT) (Gráfico 03).

Sobre quais melhorias puderam ser percebidas após a obtenção do microcrédito, 37% afirmaram que houve na capacidade de negociação, 34% no fluxo de caixa, 19% condições de aquisição de equipamentos, 6% investir em educação e 4% reforma predial.

Quanto a melhoria de renda após o acesso a estes recursos, 38% responderam que houve em até 30%, (para) 27% aumento em até 60%, 18% em até 100%, 7% a renda dobrou, 4% afirmaram que triplicou e 6% não tiveram melhoria na renda.

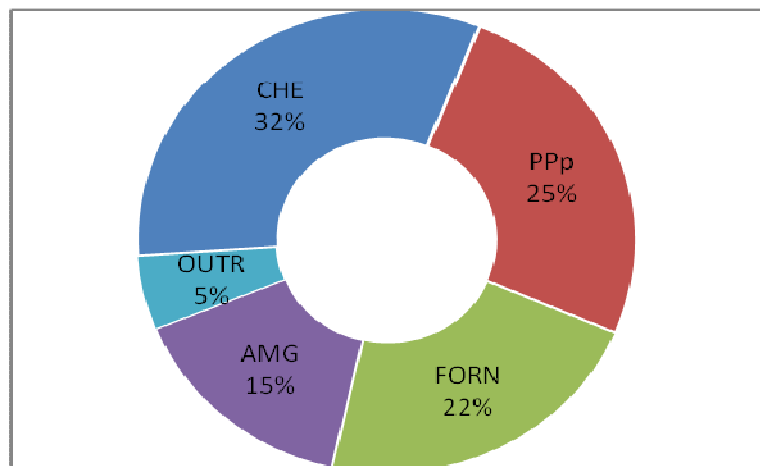


Gráfico 03 – Formas de captação de recursos de curto prazo  
Fonte: dados da pesquisa.

Com relação à participação em seminários, cursos, palestra e treinamentos, 79% afirmaram que sim. Destes 31% disseram que participaram de cursos realizados por outras instituições que não os realizados pelo Banco do Povo, enquanto 69% disseram que participaram apenas dos cursos ministrados pelo Banco. A instituição possui parceria com o SEBRAE para ministrar cursos aos seus clientes com o objetivo de promover maior qualificação, permitindo-os terem melhor gestão nos negócios.

O curso de empreendedorismo (EMPREEND) foi o que teve maior participação dos usuários dos recursos do Banco do Povo, num total de 35%, o curso de planejamento (PLANEJM) 19%, matemática financeira (MATFIN) 12%, cooperativismo (COOP) 11%, fluxo de caixa (FLUXOCX) 10%, vendas (VENDA) 8% e sistema de controles (SISCONTR) 5%, Gráfico 04.

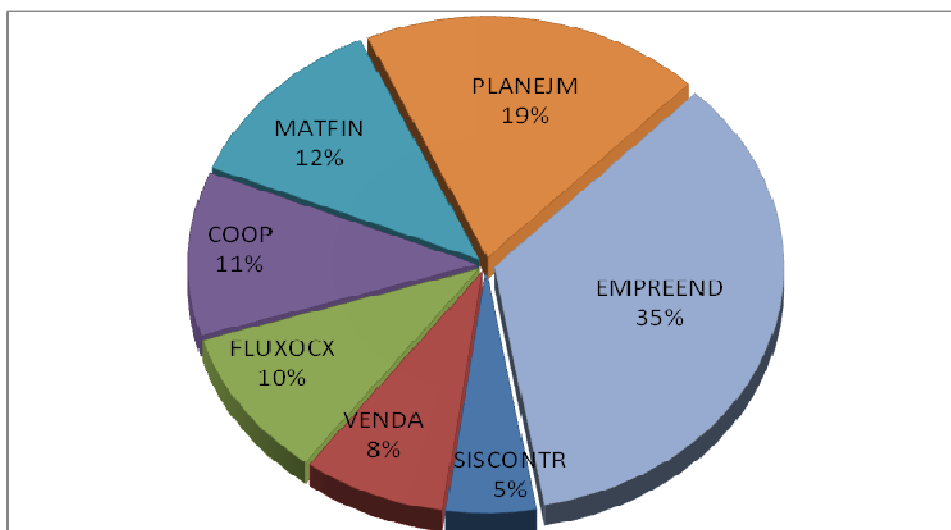


Gráfico 04 - Cursos realizados pelos entrevistados

Fonte: dados da pesquisa.

## 5 CONCLUSÃO

O perfil do microempreendedor de baixa renda, no município de Aparecida de Goiânia, mostrou que as mulheres com idade acima dos 40 anos procuraram iniciar uma atividade, e na maioria atendidas pelo Banco do Povo. Estas buscaram complementar a renda familiar, com destaque nas atividades ligadas a confecção, principalmente facção. No grupo masculino observou-se que busca(ram) empreender mais em dois momentos, até 34 anos e após os 44 anos. Contudo, em ambos os sexos observou-se que as atividades foram realizadas mais pela necessidade de ter renda do que propriamente se sentirem empreendedores. Ademais, as mulheres perceberam rendimentos menores que os homens, mostrando diferenças constatadas em pesquisas anteriores. Apesar das diferenças salariais, 94% afirmaram que houve melhoria na renda familiar. Assim pode-se destacar que o programa do Banco do Povo vem cumprindo seus objetivos, pois foi constatado o aumento de renda, melhoria na atividade com ampliação de capacidade de negociação e do fluxo de caixa, promoção de diversos tipos de treinamentos, o que propicia a inclusão social e, conseqüentemente, espera-se desenvolver a região, com a geração de renda e empregos.

## 6 REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Sérgio D. S e SOARES, M. M. *Democratização do Crédito no Brasil – Atuação do Banco Central*. 3ª Ed, Brasília: BCB, 2006.

BARBOSA Filho, F. H. e MOURA, R. L. *Evolução Recente da Informalidade no Brasil*. Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=402880972283E1AA0122841CE9191DD3&lumItemId=8A7C82C53945A98101394E5091B106B4>. Acessado em 22 de novembro de 2012.

BRUNI, Adriano L. *Estatística Aplicada: à Gestão Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, S. e SANTOS, A. P. *Análise do perfil dos clientes adimplentes e inadimplentes do banco do povo*. Anais 2007, VI Congresso de Administração. Disponível em: <http://www.unifenas.br/extensao/administracao/vicongresso/ca033.pdf>. Acessado em: 03 de março de 2012.

GRAMMEN BANK. *A Short History of Grameen Bank*. Disponível em: [http://www.grameen-info.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=329&Itemid=363](http://www.grameen-info.org/index.php?option=com_content&task=view&id=329&Itemid=363). Acessado em 10 de dezembro de 2012.

GRECO, S. M. S. S., et al. *Empreendedorismo no Brasil 2010*. Curitiba: IBQP, 2010. 286 p.

FACHINI, Cristina. *Sustentabilidade Financeira e Custos de Transação em uma Organização de Microcrédito no Brasil*. São Paulo, 2005. 150p. Tese de Mestrado, ESALQ/USP.

FALABELLA P. e MONTEIRO, S. A responsabilidade dos bancos de desenvolvimento e das agências de fomento com o crédito inclusivo. In: FELTRIM, et al. (orgs.). **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2009. p.146-163.

JACKELEN, H. O Programa da UNO de assistência a microempresas em Caruaru, Brasil. Disponível em:

[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E52859C2186/o\\_programa\\_uno.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E52859C2186/o_programa_uno.pdf). Acessado em: 28 de agosto de 2012.

JENSEN, M. C e MECKLING, W. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure, *Journal of Financial Economics*, 3:12, 1976.

LEI nº 11.110, de 25 de abril de 2005. *Casa Civil*. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm). Acessado em 05 de março de 2012.

MARCONI, Marina A. e LAKATOS, Eva M. *Técnicas de Pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MENDES, Andréa P. S. *Análise de Relações entre os Participantes dos Processos de Cooperação Tecnológica Universidade – Empresa*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2001.

MEYER, R. L. *Track Record of financial institutions in assisting the poor in Asia*. Manila: Publications Unit, Dec. 2002. 34p.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/pnmpo/seminario\\_2007\\_apresentac](http://www.mte.gov.br/pnmpo/seminario_2007_apresentac)

oes.asp. Acessado: 10 de dezembro de 2012.

NERI, M. *Microcrédito e Combate à Pobreza*. IV Seminário de Microcrédito. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais – FGV, 25 de janeiro de 2010.

PALADINO, G. G. *Uma questão de gênero*. In: GRECO, S. M. S. S., et al. *Empreendedorismo no Brasil 2010*. Curitiba: IBQP, 2010. 286 p.

PARENTE, S. *Políticas públicas e sustentabilidade*. Disponível em: [www.bcb.gov.br/pre/semicro2/trabalhos/06\\_2T\\_silvana.doc](http://www.bcb.gov.br/pre/semicro2/trabalhos/06_2T_silvana.doc). Acessado em 03 de março de 2012.

PORTAL DE APARECIDA. *Aspectos históricos, nomes antigos e origens*. Disponível em: <http://www.aparecidanet.com.br/?pg=historia>, acessado em 28 de abril de 2012.

RODRIGUES, C. *Estudo Comparativo entre modelos de gestão de programas de microcrédito: sala do empreendedor e programa providência*. Brasília, 2006. 132p. Dissertação, UNB.

PEREIRA, A. C., MROSS, C., ALVES, J. C. L. e AGUIAR, L. J. B. *Massificação das Microfinanças no Brasil – análise e proposições*. In: FELTRIM, et al. (orgs.). **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2009. p.81-96.

SANTOS, L. M e FERREIRA, M. A. M. *Condicionantes do custo do microcrédito no estado de Minas Gerais: aspectos transacionais e comportamentais dos agentes*. Revista Gestão e Regionalidade, Vol. 25, nº 73, jan-abr/2009. p.2-12.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento. Disponível em: <http://www2.seplan.go.gov.br/bancodopovo/down/bancopovo.htm>, acessado em 10/07/2012.

TONETO JUNIOR, R; GREMAUD A.P. *Microcrédito e o financiamento rural: mecanismos e gestão*. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração (FEA), 2001, 11p. (Texto para discussão. Série Economia, TD-E 25).

TOSCANO, I. MICROCRÉDITO: da iniciativa local ao centralismo estatal. Disponível em: [http://www.pt-pr.org.br/pt\\_pag/PAG%202004/TRABALHO%20EMPREGO%20E%20RENDAS](http://www.pt-pr.org.br/pt_pag/PAG%202004/TRABALHO%20EMPREGO%20E%20RENDAS)

[Microcr%C3%A9dito%20da%20iniciativa%20local%20ao%20centralismo%20estatal.pdf](#). Acessado: em 28 de março de 2012.